



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 25 DE
JANEIRO DE 2018**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, Susana Martins, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou ter apresentado na Reunião de 14 de dezembro de 2017 dois requerimentos destinados a agendamento para Reunião de Câmara, o primeiro relacionado com a Escola a poente do Concelho e o segundo sobre o desenvolvimento económico, tendo questionado quando é que os mesmos seriam presentes para discussão.

No que respeita à relação de contratos de aquisição de serviços que foi disponibilizada para consulta dos Vereadores, constatou que as despesas correntes da Câmara Municipal estão a aumentar, podendo atingir cerca de 2/3 da Receita Corrente total. Considera que o início de um Mandato é o momento ideal para se questionar este tipo de situações e corrigir os vícios do passado.

Ainda a este respeito realçou as despesas relacionadas com a prestação de serviços em regime de avença no Parque Desportivo de Oliveira do Bairro no montante de 175.000,00 € (cento e setenta e cinco mil euros) por seis meses, tendo, por conseguinte, questionado que tipo de serviços são prestados e por quantas pessoas. Do seu ponto de vista, urge levar a efeito uma auditoria, por forma a perceber a necessidade da existência de todos aqueles contratos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Reportou-se ainda à renovação de um contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica, sugerindo que fossem repensadas algumas situações, nomeadamente aquando da renovação do respetivo contrato, fazendo-se uma análise dos serviços que foram prestados até então, avaliando-se se têm cumprido o objeto do contrato, se tem havido algum tipo de problemas, se há mais barato no mercado. Relembrou o sucedido no final do anterior Mandato Autárquico, em que um dos prazos para contestação de uma ação sobre o kartódromo foi esquecida, explicação esta dada pelo então Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, pelo que, caso o Município venha a perder a ação, questionou se o Executivo entenderá mover uma ação à dita firma de prestação de serviços jurídicos. No que respeita à prestação de serviços de transportes especiais de alunos com algumas carências especiais, muito embora não tenha conhecimento do número de alunos envolvidos, entende ser elevado o montante envolvido.....

De igual forma não entende que os valores das prestações de serviços relacionados com as refeições atinjam cerca de cem mil euros.....

Reportando-se à prestação do serviço de limpeza de edifícios municipais no período de 21 a 31 de dezembro, cujo valor ascendeu a 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros), informou ter sido abordado durante a Campanha Eleitoral por parte de funcionárias da empresa que prestava aqueles serviços, as quais se queixavam de ter os salários em atraso e de terem tentado falar com o então Presidente da Câmara, que nunca as recebeu.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que a Câmara Municipal irá promover algumas atividades relacionadas com o Dia dos Namorados, nomeadamente na Biblioteca, com a atividade denominada “Ler e Amar – Amar e Ler” e no “Quartel das Artes Dr. Alípio Sol”, no dia 14 de fevereiro, irão ter lugar duas sessões de cinema, a primeira durante a tarde destinada aos mais jovens e a segunda, por volta das 22 horas, destinada ao público mais adulto.

Informou, ainda, que no dia 17 de fevereiro de manhã, irá ter lugar um “peddy-paper”, no qual os participantes irão percorrer o comércio local, convidando os presentes a participar naqueles eventos.

A **Vereadora Lília Águas**, informou que o Município de Oliveira do Bairro irá participar pela primeira vez numa iniciativa que ocorre há já alguns anos em Ílhavo, as “Idolíadas” direcionado para a terceira idade, tendo sido lançado o repto às IPSS’s e deste modo conseguindo inscrever uma equipa constituída por elementos das diferentes IPSS’s do Concelho, incluindo a UNISOB.

Sendo a área da Cultura uma forte aposta do atual Executivo Municipal, deu a conhecer que se pretende dar mais visibilidade ao “Quartel das Artes Dr. Alípio Sol”, pelo que se está a promover uma reestruturação dos serviços disponibilizados e à programação daquele equipamento municipal, sendo que amanhã irá ter lugar a apresentação quadrimestral da programação do “Quartel das Artes Dr. Alípio Sol”.

Relativamente à temática do Carnaval, referiu que, muito embora o Concelho não tenha tradição de



Oliveira do Bairro câmara municipal

festividades carnavalescas, à exceção de Oiã que promove um desfile, entendeu o Executivo Municipal apostar naquelas festividades de modo a que essa mesma tradição possa ser iniciada. Assim, no corrente mês, irá realizar-se um desfile de Carnaval nas ruas da Cidade de Oliveira do Bairro, tendo sido convidadas Escolas de Samba de concelhos com tradição no Carnaval, mais concretamente de Ovar, Estarreja e Figueira da Foz, que irão desfilar com as IPSS's que aceitaram o convite para participarem igualmente no mencionado desfile. Esse desfile terá lugar no dia 4 de fevereiro, domingo magro, da parte da tarde, de forma a não colidir com o Carnaval de Oiã, cujos desfiles ocorrerão no domingo seguinte e no dia de Carnaval.

Mencionou também que irá se realizar um Baile de Máscaras destinado à população sénior de Oliveira do Bairro e que terá lugar no "Espaço Inovação", com entrada gratuita e com atribuição de prémio para a melhor fantasia. Acrescentou que para o Baile foram convidados todos os utentes das IPSS's mas este será igualmente aberto a toda a comunidade que se queira inscrever nas diferentes Juntas de Freguesia.

Ainda no âmbito desta temática, informou que irá ser realizada uma caminhada noturna de Carnaval, na qual poderão os participantes irem mascarados ou não e que terá lugar no dia 10 de fevereiro nas ruas da União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, informou ter tido acesso aos dados relativos à Eleição dos novos membros do Conselho das Escolas para o triénio 2017/2020 e para o qual foi eleita a Diretora do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, a Dr.ª Júlia Gradeço. Considera relevante esta eleição, que permite que alguém do Município faça parte de órgãos em que a sua voz se faça sentir, podendo contribuir para um feliz desenlace no que respeita à existência de uma Escola a poente do Concelho.

O **Vereador António Mota**, referiu que os funcionários da Autarquia se queixam constantemente da existência de constrangimentos económicos do Município, pelo que, questionou o Presidente da Câmara, de forma a não subsistirem dúvidas, se existem dificuldades de Tesouraria e os fatores responsáveis por essas dificuldades, por esses constrangimentos económicos. Mencionou que, se a explicação não for dada, tal significa que tudo não passa de uma desculpa para não executar algumas situações mais prementes.

No que respeita aos custos inerentes à área desportiva, nomeadamente ao nível de Pessoal, questionou se a Receita proveniente daqueles equipamentos continua a decrescer, enquanto a Despesa continua a aumentar. No seu entender, os custos somente são justificáveis se houver aumento da Receita.

Na sua opinião a eleição da Dr.ª Júlia Gradeço, poderá ser um estímulo quanto à questão da Escola a poente do Concelho, tendo em atenção que o Conselho de Escolas é uma entidade de âmbito nacional e poderá ajudar a encontrar uma solução para a Escola a poente.

O **Presidente da Câmara**, respondendo às questões colocadas acerca dos transportes, refeições e



Oliveira do Bairro câmara municipal

outros, lembrou que os mesmos resultam de contratos que foram estabelecidos essencialmente com as IPSS's e que são serviços destinados aos Polos Escolares. Esse é um trabalho que vem sendo realizado há já alguns anos, contando a Câmara Municipal com as IPSS's como parceiras, prestando estas serviços, nomeadamente, ao nível da alimentação. Disse que, do conhecimento que tem, não têm havido queixas ou reclamações relativamente à qualidade da alimentação, o que é de enaltecer. Relativamente aos Contratos enquadrados no Parque Desportivo, informou que aquando da abertura do procedimento inicial, pelo anterior Executivo Municipal, não foi obtida a autorização prévia por parte da Assembleia Municipal, dado tratarem-se de compromissos plurianuais, ou seja, abrangeria o ano letivo 2017/2018. Agora, houve necessidade de dar continuidade à prestação de serviços por parte dos professores do Parque Desportivo até ao final do presente ano letivo. Acrescentou que se está a levar a efeito uma análise da situação, ponderando-se, entre o mais, não só o mencionado pelo Vereador António Mota, mas igualmente relativamente a outras circunstâncias que são importantes para o Município, como seja a questão da oferta que se pretende dar no âmbito desportivo.

Informou que a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro rescindiu no passado mês de dezembro, o contrato relativo à Limpeza dos Espaços Municipais, tendo em atenção que a empresa não cumpria com o estipulado no contrato, pelo que, houve necessidade de contratar serviços para o período que medeia até ao novo procedimento concursal estar concluído.

No que respeita aos requerimentos apresentados pelo Vereador Fernando Silva, recordou já ter explicado a situação em Assembleia Municipal e em Reunião de Câmara, mas, tendo em atenção os últimos desenvolvimentos relacionados com as novas funções da Professora Júlia Gradeço na Comissão, entende que se deve realizar um trabalho conjunto, de modo a ir-se ao encontro da sugestão daquele Vereador.

Já no que respeita à questão do desenvolvimento económico, informou que estão a decorrer alguns contactos, findos os quais serão os resultados presentes em Reunião de Câmara.

Acerca dos eventuais constrangimentos económicos, referiu não se tratar de uma questão económica, mas sim financeira, uma vez que tendo em atenção a relação entre Receita e Despesa, a Câmara Municipal consegue suportar as diferentes situações. Acrescentou que, a Câmara Municipal terá de devolver cerca 600.000,00 € (seiscentos mil euros) de fundos comunitários e de taxas cobradas indevidamente, montante esse que terá de ser devolvido, quase na sua totalidade, no decorrer do ano de 2018. Esta é uma situação com a qual o atual Executivo Municipal não contava, mas tem de ser pago. A estas poderão, eventualmente, acrescentar-se outras situações, algumas das quais foram mencionadas pelo Vereador António Mota, embora até ao momento não tenha surgido qualquer tipo de reclamação, mas que pode ainda vir a ocorrer, o que significa que o constrangimento será ainda maior, como é exemplo os compromissos que terão de ser assumidos com obras que se encontram



Oliveira do Bairro câmara municipal

contratualizadas e ainda não foram executadas, muitas delas na Alameda.....

Relembrou que o atual Executivo tomou posse há apenas três meses, mas tem vindo a trabalhar no sentido de fazer uma reavaliação dos contratos existentes.

O **Vereador António Mota**, abordou a questão do diferendo com a SONAE relativo às taxas que foram cobradas indevidamente e dos valores que têm de ser devolvidos no âmbito de projetos aprovados, referindo que o Presidente da Câmara deverá, no mínimo, dar conhecimento aos Vereadores do que se passa com aquelas situações.....

O **Presidente da Câmara**, respondeu que, antes de ter tido a certeza absoluta de que se teria de devolver e a forma como seria efetuada a devolução, entendeu não dar conhecimento da situação aos Vereadores, o que agora ocorreu, em face das respostas que foram dadas às informações que, entretanto, foram solicitadas.

O **Vereador António Mota**, procurou saber quem é que se deve responsabilizar pelo sucedido, se são os técnicos, se são os Vereadores do anterior Executivo Municipal.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o anterior Executivo tinha conhecimento da situação, tendo ao atual Executivo Municipal sido formalmente solicitado, a devolução das verbas já mencionadas. Antes de tomar uma decisão pretendeu inteirar-se da verdadeira situação, tendo obtido os necessários esclarecimentos por parte da CCDR-C.....

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2017

Por não terem estado presentes na Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro de 2017 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Vereadores Susana Martins e Fernando Silva.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro de 2017, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro de 2017, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 17 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” ..

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, referiu que muito embora os pontos 3 a 12 da Ordem de Trabalhos se encontrem enumerados distintamente, tendo em atenção que os mesmos respeitam ao início de procedimento de elaboração ou alteração de diferentes regulamentos, irá abordar os mesmos no seu conjunto, muito embora a votação seja ponto a ponto.

Assim sendo, informou que nestes três primeiros meses de Mandato o Executivo Municipal tem sido confrontado com algumas situações, que inclusivamente foram afloradas em Reunião de Câmara, dado inexistirem regulamentos ou dada a inadequação de alguns dos existentes. Em face desse facto, pretende-se dar início ao procedimento para que os mesmos tenham o devido encaminhamento.

Ressalvou que ainda irão ser presentes novos procedimentos relacionados com outros regulamentos que são considerados igualmente importantes para o Município.

O **Vereador Fernando Silva**, considerou que muitos dos regulamentos que agora se dá início ao procedimento são efetivamente necessários, alertando para o facto de um dos pontos da presente Ordem de Trabalhos se reportar à atribuição de uma primeira tranche de subsídios às camadas jovens, sendo que as restantes somente serão efetuadas após a aprovação do respetivo regulamento, pelo que o processo terá de ser célere e, na sua opinião, o Presidente da Câmara deveria estabelecer objetivos, que permitam que os mesmos sejam presentes para aprovação da Assembleia Municipal o mais brevemente possível, uma vez que os munícipes devem saber com o que podem contar e medir a qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal.

Referiu que deveriam ser implementados indicadores na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, relativamente aos serviços que são prestados aos cidadãos, algo essencial quando se pretende implementar um sistema de qualidade.

No que respeita ao Espaço Inovação, lembrou que o mesmo possui espaços interiores e exteriores, sendo que no primeiro caso existe um auditório, o qual tem tido bastantes solicitações, mas também existe o restaurante, pelo que, questionou se não deveria haver um regulamento destinado exclusivamente ao auditório e um regulamento para o equipamento na sua totalidade.

Referiu, igualmente, que tendo a Câmara Municipal o endereço de e-mail das Associações do Concelho, deveria ser dado conhecimento às mesmas do início do procedimento, uma vez que são aquelas que mais beneficiam com a utilização daqueles equipamentos.

No que concerne ao Regulamento de Apoio à Habitação, questionou se o mesmo se destina somente às infraestruturas camarárias existentes ou se será proposto o apoio camarário ao arrendamento por parte de casais jovens.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, acerca do início de procedimento deste conjunto de regulamentos, realçou a pertinência de o mesmo ser efetuado logo no início do Mandato Autárquico, importante para a organização do próprio Concelho, das infraestruturas, das estruturas e do lado humano. Considerou pertinente a existência do Regulamento referente à Rede de Museus do Município e na



Oliveira do Bairro câmara municipal

qual se insere o Museu de Etnomúsica e a Radiolândia, tendo questionado qual o enquadramento que se pretende para o Museu de São Pedro da Palhaça. Mais disse que estas redes devem respeitar três critérios, o cultural, o social e o educativo, devendo, na sua opinião, aproveitar-se para se proceder à elaboração de uma Carta Arqueológica ou Patrimonial e que permita demonstrar a capacidade científica que o Concelho produz, tornando mais cativante a promoção do Concelho.....

Já no que respeita ao Orçamento Participativo, relevou a existência de um esboço do que se pretende levar a efeito e que permite ter uma ideia do teor da respetiva regulamentação. Acrescentou, ainda, que o Município de Ovar contempla já a existência de Assembleias Municipais Jovens, as quais são levadas a efeito em conjunto com o Agrupamento de Escolas, o qual incentiva os próprios jovens a ter este tipo de participação cívica. Considerou os constrangimentos focados no documento que foi apresentado como sendo normais e que acabam por ser colmatados com a execução do próprio Orçamento Participativo, sendo o período de avaliação determinante para dar a volta a esses constrangimentos.

Em relação ao Regulamento das Bolsas de Estudo, lembrou já ter sido sugerido que os estudantes fossem incentivados a fazerem trabalhos no Concelho, nomeadamente na área sociocultural.

Em relação ao Apoio à Habitação, referiu existirem já algumas zonas no Concelho que estão a ser despovoadas, pelo que poderia ser potenciada a fixação de jovens nessas zonas.

O **Vereador António Mota**, disse constatar que em dez, apenas três deles são novos Regulamentos, o respeitante ao Auditório de Oiã, o Orçamento Participativo e o da Rede de Museus. Tal significa que existem regulamentos, os quais devem somente ser alterados.

Considera pertinente a questão do enquadramento do Museu de São Pedro da Palhaça na Rede de Museus e no Roteiro Cultural do Concelho.

Mais disse que, certamente na fase de discussão pública os técnicos irão recolher alguns contributos, quer dos Múncipes, quer dos Vereadores e de outros elementos autárquicos.....

O **Presidente da Câmara**, concordou que efetivamente alguns dos procedimentos respeitam a regulamentos que já se encontram em vigor e que têm de ter a necessária adequação legal ou adaptação às necessidades que se têm vindo a modificar.

Concordou que o Museu de São Pedro da Palhaça seja enquadrado no Regulamento que se encontra previsto elaborar. Já no que concerne ao Regulamento da Habitação, referiu que a alteração se prende mais com obras de reconstrução das habitações, não incluindo os apoios ao arrendamento, os quais possuem um Regulamento específico.....

No que respeita aos equipamentos, naturalmente que o próprio Regulamento dará atenção a situações específicas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do “Espaço Inovação”” e



Oliveira do Bairro câmara municipal

aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 18 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO E SALAS DE EXPOSIÇÃO DA FREGUESIA DE OIÃ

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Auditório e Salas de Exposição da Freguesia de Oiã” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 19 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO “QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de alteração do “Regulamento do “Quartel das Artes Dr. Alípio Sol”” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 20 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DA REDE DE MUSEUS DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais...

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 21 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de alteração do “Regulamento do Parque Desportivo Municipal de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 22 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO



Oliveira do Bairro câmara municipal

PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 23 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 24 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais...

PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 25 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E OUTROS APOIOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de alteração do “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e Outros Apoios aos Alunos do Ensino Superior” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 26 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À HABITAÇÃO



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de alteração do “Regulamento Municipal de Apoio à Habitação” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – PLANO NACIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS 2014-2020 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECEER ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ERSUC, S.A......

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou os presentes que o Município se encontra a preparar uma Candidatura a um projeto inovador ao nível da recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos. No âmbito dessa mesma Candidatura é necessário celebrar um Protocolo com a ERSUC, entidade contratada para efetuar aquele tipo de recolha no Município, de modo a permitir o enquadramento deste novo sistema. Referiu tratar-se, por conseguinte, de um Protocolo de intenções, que posteriormente será subscrito pelas partes, caso a Candidatura venha a ser aprovada.

O **Vereador António Mota**, disse considerar relevante a existência de Protocolos para este tipo de iniciativas, há, contudo, algumas questões que pretende ver esclarecidas, nomeadamente o montante da Candidatura, o montante previsto de redução da despesa com os Serviços prestados pela ERSUC, decorrente desta situação.

Acrescentou que o documento é muito vago, tendo em atenção que não refere o custo previsto da Candidatura, o custo previsto da comparticipação e o montante previsto em termos de redução de despesa a pagar à ERSUC.

O **Vereador Fernando Silva**, disse considerar que as Propostas apresentadas em Reunião de Câmara devem conter uma análise de custos e essa é uma questão que falta na Proposta em análise. Recordou que o Município de Oliveira do Bairro é associado da ERSUC e esta empresa recebe verbas estatais, provenientes da Sociedade Ponto Verde para realizar a recolha seletiva.

Considera que o presente Protocolo, com duas ou três páginas é muito limitado, uma vez que existe um outro documento, o contrato inicial, que estipula os serviços que a ERSUC é obrigada a efetuar em termos de recolha seletiva, em termos da quantidade de equipamentos que a empresa tem de instalar obrigatoriamente no Concelho.

Acrescentou estar preocupado com o facto de no presente Protocolo constar uma cláusula que considera leonina, uma vez que menciona que o Município de Oliveira do Bairro é o único e exclusivo responsável pelo cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos no contexto da candidatura. No seu entender, o presente Protocolo não pode ser desagregado do Contrato inicialmente estabelecido entre o Município e a ERSUC.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Pelo que se apercebeu, o Protocolo abrange somente o centro de Oiã e o Centro de Oliveira do Bairro, pelo que questionou porque razão os centros urbanos das restantes freguesias não foram contemplados. Disse discordar que se implemente algo que diferencie as zonas poente e nascente do Concelho. Assim, declarou que votaria contra, uma vez que não se trata de uma Candidatura abrangente.

Disse ainda que o Executivo tem de se identificar com os seus cidadãos, pelo que, não deveriam constar da presente Informação, expressões que não são facilmente percebidas pela população.

Referiu ter ficado com a ideia de que os utilizadores deste sistema irão pagar, pelo que, questionou como é que o mesmo irá interagir com o Regulamento Municipal de Taxas, o qual já contempla uma taxa referente à recolha de resíduos sólidos urbanos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que a Candidatura se encontra a ser elaborada, subsistindo dúvidas relativamente a algumas das regras, tendo de manhã estado em contacto com o PO SEUR uma vez que existem divergências de entendimentos relativamente a algumas das regras. Assim sendo, não se encontram ainda definidos os montantes de Candidatura.

No que respeita ao facto de somente serem contemplados os centros urbanos de Oliveira do Bairro e de Oiã e bem assim dos pagamentos, informou tratar-se de um projeto piloto, que somente existe em dois ou três Concelhos no país. Acrescentou, não haver lugar a qualquer tipo de pagamento, trata-se de uma simulação com a finalidade de testar a reação dos cidadãos a um sistema que no futuro poderá vir a ser implementado no país, uma vez que o mesmo já se encontra em diversos países europeus.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o facto de o projeto vir a ser implementado apenas em dois centros urbanos e não em todas as freguesias, se prende com uma das condicionantes do Projeto, a circunstância de somente serem admitidos aglomerados urbanos mais densos. Aquando da apresentação do Projeto foi apenas sugerida a Alameda, mas o Executivo Municipal entendeu que se deveria arriscar um pouco mais, pelo que se conseguiu englobar o centro de Oiã.

O **Vereador António Mota**, recordou que a Proposta apresentada menciona a instalação de 18 mini ecopontos em todo o Concelho, ou seja, não será somente em Oliveira do Bairro e Oiã, sendo que, permite uma quantificação uma vez que se encontra previsto o valor de kilo por habitante, o que significa que, a Informação apresentada poderia ter sido melhor elaborada. Relativamente às dúvidas do Vice-Presidente da Câmara acerca dos montantes, referiu que a ser assim, é prematuro submeter o assunto à votação.

Declarou que iria votar contra a Informação, por considerar prematura a sua apresentação, sendo que somente deveria ser presente ao Executivo Municipal quando existisse já um conjunto de elementos que, de uma forma muito concreta permitisse tomar uma decisão, apesar de considerar esta iniciativa excelente, de aproveitar, mas os pés devem estar bem assentes.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Relativamente à questão da cláusula mencionada pelo Vereador Fernando Silva, disse que aquilo que a ERSUC pretende é que o Município faça o trabalho e assuma todas as responsabilidades do Projeto.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que se está a misturar tudo, o que está em causa é somente um Protocolo com a ERSUC e mais nada. No seu entender, a Informação é que veio dificultar o entendimento do que se pretende, porque se tivesse sido apresentada uma Informação que se reportasse a um Protocolo para se poder concretizar uma Candidatura a um projeto, não seria levantada qualquer questão. O problema, na sua opinião, é que até se propõe na Candidatura a aquisição de veículos destinados à recolha e estão igualmente a ser retiradas responsabilidades que hoje pertencem à ERSUC.

Tendo em atenção o que expôs, propôs que o presente ponto da Ordem de Trabalhos fosse retirado e que o Vice-Presidente apresentasse uma minuta de Protocolo que permita ao Município fazer a Candidatura.

O **Vice-Presidente da Câmara**, confirmou que o presente Protocolo é indispensável para se apresentar a Candidatura, trata-se de um Protocolo genérico, que posteriormente será consubstanciado em caso de aprovação, dando origem aos investimentos necessários.

O **Vereador Fernando Silva**, disse ter entendido desde logo o que estava em causa, considera, no entanto, que o contrato é leonino, desde logo por utilizar a palavra “exclusivamente” e sem fazer qualquer ligação ao contrato já existente.

O **Presidente da Câmara**, informou que as Candidaturas e estas intenções quando são apresentadas, as Câmaras Municipais ou as empresas necessitam de, previamente, ter um pré-acordo com entidades que posteriormente o irão concretizar. Essa concretização é devidamente analisada, podendo até, o Município, em função dessas exigências não avançar.

Acrescentou que, se a Candidatura for aprovada, o Protocolo definitivo terá de ser apresentado ao Executivo Municipal e aprovado.

O **Vereador António Mota**, considera que quando os assuntos são presentes em Reunião de Câmara têm de ser estudados e têm de ser objetivos, o que não sucede neste caso. Focou que na informação se encontra mencionado que o Município é exclusivamente responsável pelo cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no contexto da Candidatura, promovendo a articulação com a ERSUC e sinergias em projetos em curso. Se os projetos em curso mencionados são aquilo que se pretende em termos de negociação com a ERSUC, a Informação e o Protocolo até podem ser aceitáveis, mas isso não foi focado pelo Vice-Presidente da Câmara.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu não pretender inviabilizar qualquer Candidatura, mas tal como mencionado pelo Vereador António Mota, na Informação é escrito um parágrafo que não é transcrito para o Protocolo. O parágrafo mencionado não é igual à cláusula 3.^a, nem quer dizer exatamente o



Oliveira do Bairro câmara municipal

mesmo.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, aprovar a Minuta de Protocolo de Colaboração, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre a ERSUC, Resíduos Sólidos do Centro, S.A. e o Município de Oliveira do Bairro, com vista à implementação de ações enquadradas no Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020.

Pelo Vereador António Mota, foi apresentada uma declaração de voto verbal, na qual declara que o voto contra dos Vereadores do PPD/PSD se justifica pelas razões por si invocadas nas suas intervenções

PONTO 14 – PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DA COZINHA DO POLO ESCOLAR DO TROVISCAL

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de introduzir o assunto, o Presidente da Câmara e o Vereador Fernando Silva.

A **Vereadora Lília Águas**, informou tratar-se de um Protocolo a celebrar com o Centro Ambiente para Todos do Troviscal, uma vez que aquela Associação vai realizar obras para alargamento da sua estrutura residencial, na qual se incluem obras de requalificação na cozinha. Com o intuito de continuar a confeccionar as refeições aos seus utentes, solicitaram a cedência da cozinha do Polo Escolar do Troviscal.

Acrescentou que a previsão das obras é de dois meses, prazo esse de cedência que consta do respetivo Protocolo de Colaboração.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que podendo haver atrasos na conclusão das obras, deveria constar do Protocolo a possibilidade de eventual prorrogação, para que não haja necessidade de o assunto ter de regressar para deliberação do Executivo Municipal.

A **Vereadora Lília Águas**, referiu que os dois meses estabelecidos não respeitam ao período estrito da obra, compreendendo um prazo para eventuais atrasos. Relembrou que o Polo Escolar se encontra a ser igualmente utilizado pelo Agrupamento de Escolas, daí que não seja aconselhável colocar uma cláusula que permitisse prorrogações por tempo indefinido. No caso de ser necessário uma prorrogação, referiu que o assunto será novamente presente ao Executivo Municipal.

O **Presidente da Câmara**, informou ser a Câmara Municipal que se encontra a efetuar a fiscalização da obra, prevendo-se que a mesmo demore três semanas a concretizar-se. Os dois meses previstos, prendem-se precisamente com a possibilidade de ocorrerem atrasos na respetiva concretização.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo de Colaboração, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar



Oliveira do Bairro câmara municipal

entre o Município de Oliveira do Bairro, a Associação Centro Ambiente para Todos e o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, com vista à cedência da cozinha do Polo Escolar do Troviscal, pelo prazo máximo de 2 (dois) meses, a contar de 1 de fevereiro de 2018, para confeção das refeições dos utentes daquela Associação.....

PONTO 15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. PEDRO DA PALHAÇA PARA DINAMIZAÇÃO DE ATL.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de introduzir o assunto.

A **Vereadora Lília Águas**, informou tratar-se de uma situação semelhante, mas neste caso já existe um Protocolo que inclui a cedência de duas salas, mas necessitam, agora, de um outro espaço, o ginásio, para dinamização do ATL, daí a necessidade de haver uma adenda ao Protocolo inicial.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Adenda ao Protocolo de Cedência de Espaço ao Centro Social e Paroquial S. Pedro da Palhaça, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 16 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 8|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES COM CAMADAS JOVENS .

Não tomaram parte na discussão e votação do presente assunto, designadamente na parte respeitante aos apoios a conceder às Associações, relativamente às quais declararam existir impedimento, os Vereadores que se declararam impedidos nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, declarações de impedimento aquelas que foram aceites pelo Presidente da Câmara, respetivamente.

Por esse facto, não participou na discussão nem na votação da atribuição do subsídio à União Desportiva de Bustos, o Vereador Álvaro Ferreira;

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de introduzir o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

A **Vereadora Susana Martins**, informou tratar-se da atribuição de subsídios a Associações que integrem modalidades com Camadas Jovens. Tendo em atenção que a Câmara Municipal se encontra numa fase de elaboração de um Regulamento de Apoio às Associações, mas tendo igualmente a percepção de que a época desportiva já iniciou no passado mês de setembro, com as consequentes despesas assumidas pelas Associações, entendeu o Executivo Municipal avançar de imediato com a atribuição de 1/3 do valor concedido na época transata a cada uma das Associações, o qual será tido em consideração, aquando da atribuição do valor concreto que cada uma delas tenha a receber, que será efetuado após a aprovação do respetivo Regulamento.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Mais disse que a principal preocupação do Executivo Municipal foi a de permitir que os dirigentes associativos tenham já acesso a uma verba para pagar algumas despesas já efetuadas.....

Mais esclareceu que os valores previstos na Informação/Proposta, somente serão pagos após as respetivas Associações entregarem os documentos solicitados pela Câmara Municipal.....

O **Vereador António Mota**, referiu que os critérios têm de ser revistos com alguma urgência uma vez que verifica que algumas Associações são beneficiadas relativamente a outras.

Disse não aceitar que uma Associação que paga luz do campo onde treina, a limpeza das instalações, no fundo que paga tudo o que é inerente à sua prática desportiva, seja equiparada a uma Associação que não paga a luz ou água dos equipamentos que utiliza ou a limpeza, porque os equipamentos não lhe pertencem.....

Questionou a Vereadora Susana Martins se os critérios de atribuição são os mesmos dos anos transatos, ou se teve já em consideração os fatores por si mencionados.

Relembrou que nenhum Regulamento entra em vigor em menos de seis meses, pelo que, efetuar o pagamento apenas após a aprovação do Regulamento, poderá significar que quando o mesmo for feito a época desportiva já terminou.

O **Vereador Fernando Silva**, disse concordar com a opinião do Vereador António Mota, considerando que o Regulamento nunca estará concluído antes do mês de setembro, pelo que questionou se o subsídio agora entregue às Associações é feito com base no atual Regulamento ou no novo Regulamento, uma vez que se depreende do texto, que o mesmo é feito com base neste último, o que, na sua opinião vai contra o que foi afirmado pelo Presidente da Câmara, de que as Associações poderiam contar com os apoios de uma forma que lhes permita fazer a sua própria gestão

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o Executivo Municipal entendeu que não poderia prolongar muito no tempo a entrega de verbas às Associações, as quais tinham feito a respetiva planificação no início da época desportiva, a contar com a atribuição dos subsídios por parte da Câmara Municipal no período habitual e por conseguinte começam a ter algumas dificuldades financeiras.....

Acrescentou que o Executivo Municipal tenta, desta forma e tendo por base os subsídios atribuídos na época transata às Associações que mantêm atividade com camadas jovens, sem, no entanto, quantificar o número de atletas que hoje possuem, atribuir aproximadamente 1/3 daquela verba, para colmatar algumas necessidades financeiras das mesmas. De forma alguma esta atribuição vai contra qualquer tipo de Regulamento, uma vez que o mesmo não existe, ou vai de encontro a um Regulamento que ainda não foi aprovado.

Confirmou que efetivamente existem Associações que não pagam eletricidade, água ou limpeza e o Executivo Municipal tem disso conhecimento, contudo, somente após a existência de um Regulamento é que se poderá, de uma forma clara e transparente, atribuir os apoios dentro das regras ali determinadas, permitindo que todas aquelas que tenham a mesma finalidade estejam em



Oliveira do Bairro câmara municipal

igualdade no que aos apoios diz respeito.

Disse esperar que o Regulamento em causa não demore os seis meses para entrar em vigor, conforme foi mencionado pelos Vereadores António Mota e Fernando Silva, tendo já solicitado aos serviços que o mesmo demorasse o menor tempo possível, para que os apoios sejam igualmente entregues tão breve quanto possível.

A **Vereadora Susana Martins**, referiu ter tido a preocupação de realizar um levantamento histórico de há um ano e de há quatro anos. Assim sendo, possui um levantamento do que foi atribuído às Associações com camadas jovens, tendo constatado alguma desigualdade no tratamento em relação a algumas Associações e por conseguinte existe a necessidade de regulamentar essa mesma atribuição. Referiu, igualmente, que em algumas modalidades a atribuição de apoios era feita por escalões e em outras modalidades a atribuição prendia-se simplesmente com o número de atletas, ou seja, não havia critérios devidamente definidos.

O **Vereador António Mota**, disse que a Vereadora Susana Martins não podia afirmar que inexistiam critérios. Mais disse que, se a Vereadora possuía a informação das atribuições que foram feitas no passado, deveria tê-la remetido aos Vereadores.

Acrescentou que as informações relativamente às verbas destinadas a Associações com camadas jovens tiveram sempre uma continuidade desde o ano de 2005, com poucas variáveis. Se a Vereadora possuía a informação correta, mais uma razão para tomar uma decisão mais consistente, porque da forma como a Informação/Proposta é apresentada vai suscitar muitas dúvidas ao movimento associativo.

Procurou saber qual a modalidade com camadas jovens existente na Comissão de Melhoramentos da Mamarrosa.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que terá de haver mais cuidado na elaboração dos documentos que são apresentados na Reunião de Câmara, uma vez que, pelo que se apercebeu pelas datas constantes no documento, a Vereadora foi a última a ter conhecimento da Informação/Proposta.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a Informação/Proposta foi apresentada pela Vereadora Susana Martins e discutida em reunião do Executivo.

Relembrou que logo no início da discussão do presente ponto, se referiu que inexistia qualquer Regulamento, logo, não existe uma caracterização da quantidade de elementos e das modalidades subjacentes em cada Associação e não poderiam ser atribuídos os subsídios com base num Regulamento que ainda não existe. O que está em causa é tão somente uma Proposta de atribuição financeira, de acordo com o histórico existente, que depois virá a ser tido em consideração no valor final que compete a cada Associação. Nada mais se poderia exigir.

Mais disse que o futuro Regulamento, após a competente aprovação, irá permitir de uma forma clara e evidente, quantificar a verba que é atribuída a cada Associação, sendo descontado a cada uma



Oliveira do Bairro câmara municipal

delas, o valor que agora é proposto atribuir.....

Informou que a Associação de Melhoramentos da Mamarrosa tem associado o karaté, desde que terminou a ligação ao Frei Gil.

A **Vereadora Susana Martins**, referiu que os valores não foram propostos de ânimo leve, a Câmara Municipal tem conhecimento de que todas as Associações mencionadas na Informação/Proposta mantêm a respetiva atividade, tal como se tem conhecimento que algumas delas aumentaram a sua atividade enquanto outros diminuíram. Essa será uma situação a ter em consideração aquando do apuramento do valor final a atribuir.

O **Vereador António Mota**, esclareceu que nas Informações elaboradas pelos anteriores Executivos, constavam os critérios em que se baseava a atribuição das verbas a cada Associação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Atribuir os subsídios a cada uma das Associações do Concelho e no montante constante da Informação do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 19 de janeiro de 2018 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta-Tipo de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e as correspondentes Associações.

PONTO 17 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 24/2018 APRESENTADA PELA UNIDADE PARA O CONHECIMENTO E COESÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA BARRADA – ESCOLA DE ARTES DA BARRADA.....

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de introduzir o assunto, o Presidente da Câmara e o Vereador António Mota.

A **Vereadora Lília Águas**, lembrou que a Câmara Municipal tem apoiado a Escola de Artes da Bairrada desde a sua constituição, quer do ponto de vista financeiro, quer ao nível de equipamentos, recursos humanos entre outros.....

Acrescentou que, no ano de 2017 não foi atribuído qualquer apoio financeiro à Escola de Artes da Bairrada, isto apesar das várias solicitações junto do anterior Executivo.

Assim e dado que havia um histórico de solicitações por parte da Escola de Artes da Bairrada e um acordo verbal com o anterior Executivo, entendeu-se que esses compromissos deveriam ser assumidos e assim regularizar o que estava em falta, desde que devidamente documentado.

Mais disse que o protocolo estabelece que a Câmara Municipal comparticiparia 50% da verba respeitante à aquisição de instrumentos e é essa a percentagem que está para ser atribuída, tendo em atenção os comprovativos entregues pela Escola de Artes da Bairrada.

Encontrando-se prestes a ser eleita a nova Direção, a Câmara Municipal irá reunir com a mesma, no



Oliveira do Bairro câmara municipal

sentido de perceber quais as dificuldades e constrangimentos financeiros, nomeadamente o diferencial entre aquilo que é atribuído pelo Ministério da Educação e a rentabilidade da Escola e aí definir, por Protocolo, uma comparticipação financeira que seja coerente com as necessidades da mesma e o que é possível para a Câmara Municipal.

A **Vereador António Mota**, relativamente aos constrangimentos económicos, referiu que não pode ser a Câmara Municipal responsável por suportar o diferencial focado pela Vereadora Lília Águas, uma vez que a própria Escola deve identificar o que é possível realizar para que a rentabilidade seja uma realidade.

O **Presidente da Câmara**, informou que a análise será devidamente efetuada mas, presentemente o que se encontra para aprovação é a atribuição de um subsídio destinado à comparticipação na aquisição de instrumentos.

A **Vereadora Lília Águas**, mencionou que o diferencial por si referido, se prende com aquilo que é o ensino supletivo, serviço esse não apoiado pelo Ministério, mas que a Escola de Artes presta e que a Câmara Municipal entende que deve ser apoiado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no montante de 6.481,83 € (seis mil quatrocentos e oitenta e um euros e oitenta e três cêntimos) à Escola de Artes da Bairrada, nos termos da Informação/Proposta n.º 24/2018 da Unidade para o Conhecimento e Coesão Social, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais
.....

PONTO 18 – E-MAIL DO VIV'ARTE, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO "ESPAÇO INOVAÇÃO" DE 19 A 21 DE JANEIRO, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DO EVENTO "RESIDÊNCIA ARTÍSTICA" – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto..

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 15 de janeiro de 2018, em que autorizou a cedência do "Espaço Inovação" de 19 a 21 de janeiro de 2018 ao Viv'Arte – Laboratório Nacional de Recriação Histórica, para efeitos de realização do evento "Residência Artística".
.....

PONTO 19 – INFORMAÇÃO N.º 43|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – PEDIDO DE REALIZAÇÃO DO "VI TORNEIO LÚDICO NKS KIDS" – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto..



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 18 de janeiro de 2017, em que autorizou a cedência do Pavilhão Municipal no dia 21 de janeiro de 2018 ao Núcleo de Karaté de Sangalhos, para efeitos de realização do “IV Torneio Lúdico NKS Kids”.

PONTO 20 – E-MAIL DA CALCOB – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE OLIVEIRA DO BAIRRO, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE DUAS URNAS DE VOTO, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DA COOPERATIVA – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA
Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto..

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, em que autorizou a cedência de duas Urnas de Voto e duas Câmaras de Voto no dia 20 de janeiro de 2018 à CALCOB – Cooperativa Agrícola de Oliveira do Bairro, para efeitos de realização das Eleições daquela Cooperativa.....

PONTO 21 – DESPACHO N.º 37 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – COMPOSIÇÃO DO COMITÉ DE GEMINAÇÃO DE OLIVEIRA DO BAIRRO COM LAMBALLE – PARA CONHECIMENTO

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto..

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho n.º 37 – Mandato 2017-2021 do Presidente da Câmara, datado de 19 de janeiro de 2018, referente à designação dos elementos que integram o Comité de Geminação de Oliveira do Bairro com Lamballe, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **24 de janeiro** do ano de **2017**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **737.296 Euros e 69 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **758.818 Euros e 76 cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **1.496.115 Euros e 45 Cêntimos**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Teresa Simões, residente na Freguesia de Oliveira do Bairro, informou que presentemente além de não ter água da rede, a chuva lhe cai dentro de casa, tendo questionado quais as diligências que a Câmara Municipal pode efetuar no sentido de solucionar a sua situação.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Questionou se a Câmara Municipal tem desprezo pelos seus funcionários, uma vez que somente apareceram as pernas na foto da capa do Boletim Municipal.

Referiu que durante o anterior Mandato, nunca o pagamento do vencimento dos funcionários da Autarquia ia para além do dia 21, o que não aconteceu no presente mês que, somente foi pago a 23, o que causou transtornos a quem tem contas para pagar.

Mauro Santiago, residente na Freguesia de Oliveira do Bairro, recordou que na Reunião de Câmara de 27 de abril de 2017, foi presente e aprovada uma alteração do sentido de trânsito e sinalização na Travessa Dr. Abílio Pereira Pinto e Travessa Central em Oliveira do Bairro. Assim sendo, questionou para quando se prevê a colocação dessa mesma sinalização naquelas artérias.

O **Presidente da Câmara**, informou os presentes que nas últimas capas do Boletim Municipal não têm aparecido os rostos, não se tratando de qualquer discriminação ou desprezo pelos funcionários da Autarquia, mas tão somente uma forma diferente de comunicação. A imagem completa das pessoas surge na edição seguinte do Boletim Municipal.

Referiu que se dependesse do Executivo Municipal, os funcionários teriam recebido no dia 19, porque foi esse o dia em que foi dada a autorização, não se consegue é controlar as entidades bancárias que têm as suas próprias regras.

Relativamente à sinalização em Oliveira do Bairro, recordou que o Município tem em curso uma Candidatura referente às PARU's, que inclui a zona mencionada e como tal, apesar de não ter sido colocada sinalética, os projetos encontram-se a ser ultimados e deverá haver algum cuidado no tratamento da questão.

A **Vereadora Lília Águas**, relativamente às questões colocadas pela cidadã Teresa Simões, lembrou a mesma, que se tinha dirigido à Câmara Municipal no sentido de lhe ser concedida uma habitação, solicitando igualmente apoio para o pagamento da conta da água, uma vez que a ADRA tinha cortado o abastecimento dado existirem quatro meses de faturas em dívida.

A Câmara Municipal realizou um levantamento histórico da situação da munícipe, de modo a perceber se havia meios para prestar o devido apoio. No que respeita à nova habitação, foi a munícipe informada de que não havia nenhuma disponível para arrendamento, mas que, quando existisse, teria de se candidatar como qualquer munícipe. Foi, no entanto, sugerida uma solução que envolvia a Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal, a qual foi rejeitada pela Sr.^a Teresa Simões, ou seja, dentro da disponibilidade da Câmara Municipal, houve uma tentativa para ajudar.

No que respeita ao pagamento da água, foi explicado à munícipe que a Câmara Municipal não tinha forma legal para o fazer.

Relembrou que a Sr.^a Teresa Simões recorre frequentemente à Câmara Municipal a solicitar apoios, os quais a Câmara Municipal não tem possibilidade legal de satisfazer, contudo, essas situações são



Oliveira do Bairro câmara municipal

encaminhadas não só para os Serviços da Segurança Social, mas também para a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, de modo a que haja um acompanhamento da situação e isso tem sido feito.

Para terminar, informou a munícipe que nunca tendo referido a situação da entrada de água na habitação, deverá solicitar o competente apoio para a realização de obras na mesma.

O **Presidente da Câmara**, recordou a munícipe a longa conversa que ambos tiveram e onde lhe foi explicada toda a situação e possíveis soluções, solicitando que a mesma pense no apoio que pode obter, uma vez que a Câmara Municipal se encontra disponível para ajudar naquilo que estiver ao seu alcance.

.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas



Oliveira do Bairro câmara municipal

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva